

ABRUEM PARTICIPA DA ENTREGA DE PRÊMIOS DA 2ª EDIÇÃO DO SELO ALFABETIZAÇÃO



A Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais participou, na última segunda-feira (23), da cerimônia de entrega da 2ª edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, realizada em Brasília. A presidente da Associação, Cícilia Maia, representou a entidade no evento, que reuniu autoridades federais, gestores da educação e representantes de estados e municípios de todo o país.

A solenidade contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos ministros Camilo Santana (Educação), Margareth Menezes (Cultura) e Rui Costa (Casa Civil). Ao todo, 4.710 municípios e 18 estados foram reconhecidos com o selo, distribuído nas categorias ouro, prata e bronze.

Instituído pelo Decreto nº 12.191/2024, o Selo Alfabetização integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, iniciativa do Ministério da Educação voltada à garantia da alfabetização de crianças na idade adequada. Durante a cerimônia, foi anunciado que 66% das crianças da rede pública brasileira estavam alfabetizadas no tempo certo em 2025, superando a meta nacional de 64%.

Em seu pronunciamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da educação como direito fundamental e instrumento de transformação social. Já o ministro Camilo Santana ressaltou o caráter federativo da política, que conta com a adesão de todos os estados e municípios brasileiros, evidenciando a mobilização nacional em torno da alfabetização.

O ministro também destacou a parceria entre os ministérios da Educação e da Cultura na implementação da Ação Arte e Cultura na Educação em Tempo Integral, que busca ampliar o acesso dos estudantes a experiências culturais e artísticas no ambiente escolar. A ministra Margareth Menezes reforçou o papel da cultura na formação integral dos estudantes e na valorização da identidade brasileira.

Durante a cerimônia, foram homenageados os municípios e estados com melhor desempenho nas políticas de alfabetização. Ao todo, 11 estados e 2.274 municípios receberam o selo ouro; seis estados e 1.890 municípios foram contemplados com o selo prata; e um estado e 546 municípios receberam o selo bronze.

A premiação reconhece iniciativas bem-sucedidas de gestão educacional, incluindo a formulação e implementação de políticas, programas e estratégias voltadas à alfabetização, bem como ações que contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). A iniciativa também busca incentivar a troca de experiências e a disseminação de boas práticas entre os entes federativos.



O evento contou ainda com a presença de governadores, parlamentares, secretários de educação, professores e estudantes.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é desenvolvido em regime de colaboração entre a União, estados e municípios, com o objetivo de garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme previsto na Meta 5 do PNE.

Com informações do Ministério da Cultura

PRESIDENTE DA ABRUEM PARTICIPA DA ABERTURA DO ENCONTRO NACIONAL + CIÊNCIA NA ESCOLA, EM BRASÍLIA



A presidente da Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Cicília Maia, participou, na última semana, da abertura do Encontro Nacional do programa + Ciência na Escola, realizado em Brasília. O evento reuniu gestores públicos, educadores, pesquisadores e representantes de instituições de ensino de diversas regiões do país.

A iniciativa integra uma agenda estratégica de fortalecimento da educação científica no Brasil, com foco na ampliação do acesso de estudantes da educação básica à ciência, tecnologia e inovação. Durante a programação, foram apresentadas ações voltadas à criação e ao fortalecimento de laboratórios e espaços de experimentação em escolas públicas, promovendo ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, colaborativos e conectados com a realidade dos estudantes.

O encontro também destacou a importância de políticas públicas que incentivem o pensamento crítico, o protagonismo estudantil e a formação científica desde os primeiros anos da vida escolar. O programa prevê investimentos significativos para ampliar sua capilaridade e impacto em todo o território nacional.



A participação da Abruem reforça o compromisso da entidade com a articulação entre a educação superior e a educação básica. Para a Associação, a aproximação entre universidades e escolas é fundamental para estimular vocações científicas, ampliar oportunidades educacionais e contribuir para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país.

O Encontro Nacional + Ciência na Escola se consolida como um importante espaço de diálogo e construção coletiva, reunindo diferentes atores em torno do objetivo comum de transformar a escola em um ambiente de investigação, criatividade e inovação.

ABRUEM PARTICIPA DE CELEBRAÇÃO DOS 75 ANOS DO CNPQ



A Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais participou da solenidade em comemoração aos 75 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, realizada no Teatro Nacional, em Brasília. O evento reuniu autoridades, pesquisadores e representantes da comunidade científica para marcar a trajetória de uma das principais instituições de fomento à ciência no país.

Para a reitora da Uern e presidente da Abruem, professora Cícilia Maia, a campanha de aniversário diz muito sobre a importância do CNPq para a ciência no Brasil. “Fundamental para a Ciência. Essencial para o Brasil”. Não tem como falarmos em ciência no Brasil sem falar no CNPq, que é a principal

agência de fomento à pesquisa científica no nosso país. Na Uern e em todas as universidades estaduais e municipais, temos inúmeros projetos realizados com o financiamento do CNPq. E esse volume comprova também a nossa qualidade científica, uma vez que para obter o financiamento, nossos pesquisadores participam de editais e chamadas públicas nacionais. Parabéns, e vida longa ao CNPq. A ciência brasileira agradece.”



Durante a solenidade, a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, anunciou uma série de iniciativas para ampliar as ações do CNPq, entre elas, a criação de Redes Estaduais de Popularização da Ciência, com R\$ 300 milhões em investimentos, voltadas à difusão do conhecimento e ao fortalecimento da cultura científica em todo o território nacional.

CNPQ

Vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o CNPq chega a 2026 com cerca de 100 mil bolsistas ativos e um investimento de R\$ 7,9 bilhões no período de 2023 a 2025 — um dos maiores ciclos recentes de financiamento à pesquisa no Brasil. Ao longo de sua história, a instituição consolidou-se como pilar estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Durante a cerimônia, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou a importância histórica do CNPq para o país. Segundo ela, celebrar a instituição é reconhecer a escolha do Brasil por investir em conhecimento como base para o desenvolvimento.

Nos últimos anos, os resultados dessa política se refletem na ampliação dos investimentos e no fortalecimento de programas estruturantes. Entre 2023 e 2025, o volume de recursos destinados ao fomento à pesquisa cresceu 42% em relação ao período anterior. O número de bolsas também avançou, chegando a 98 mil em 2025, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e para o fortalecimento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

A ministra também ressaltou o impacto desses investimentos na formação científica, destacando o crescimento no número de bolsas e a ampliação da participação feminina na pesquisa.

Novas iniciativas e fortalecimento da ciência

Durante a solenidade, foram anunciadas novas ações voltadas à expansão e ao fortalecimento da ciência no Brasil. Entre elas, o lançamento do programa Profix, com investimento de R\$ 648 milhões para a fixação de



jovens doutores no país, além da continuidade do Edital Universal, que garante apoio a pesquisas em todas as áreas do conhecimento.

Também foram apresentados editais com foco na promoção da equidade, como a Chamada Atlânticas/Beatriz Nascimento e o Edital Lélia Gonzalez, voltados à ampliação da diversidade na ciência. Outra iniciativa anunciada foi a criação de Redes Estaduais de Popularização da Ciência, com investimento de R\$ 300 milhões, destinadas à difusão do conhecimento e ao fortalecimento da cultura científica em todo o território nacional.

Programas estruturantes e formação de pesquisadores

A atuação do CNPq se apoia em programas que sustentam o desenvolvimento científico brasileiro, como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), que reúnem centenas de redes de pesquisa em áreas estratégicas. A Chamada Universal também se destaca como instrumento fundamental para o financiamento amplo da pesquisa no país.

Na formação de recursos humanos, o CNPq mantém mais de 54 mil bolsas de iniciação científica e cerca de 17 mil bolsas de produtividade, voltadas a pesquisadores consolidados. Programas de internacionalização e cooperação científica ampliam a inserção do Brasil em redes globais de pesquisa.

História, legado e desafios

Criado em 1951, o CNPq teve papel central na estruturação do sistema científico brasileiro, contribuindo para a criação de centros de pesquisa e para a formação de gerações de cientistas. Sua atuação foi determinante para avanços em áreas estratégicas, como agricultura, saúde, energia e indústria.

O presidente do CNPq, Olival Freire Júnior, destacou a relação entre ciência, soberania e desenvolvimento, reforçando o papel da instituição na consolidação das principais conquistas científicas e tecnológicas do país.

Ao longo dos anos, o conselho também ampliou sua atuação em temas como inclusão, diversidade e popularização da ciência, com iniciativas voltadas à democratização do acesso ao conhecimento e à formação de uma base científica mais representativa.

Perspectivas para 2026

Para 2026, a expectativa é que o CNPq avance na implementação da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco em áreas

prioritárias como soberania tecnológica e desenvolvimento de tecnologias emergentes. A tendência é de maior articulação com políticas públicas e de um modelo orientado por missões estratégicas.



Segundo Olival Freire Junior, o desafio do momento é transformar planejamento em ação e ampliar o impacto do conhecimento produzido no país. Nesse contexto, o CNPq se reposiciona como peça-chave em um novo ciclo da ciência brasileira, marcado pela integração entre conhecimento, inovação e desenvolvimento.

Ao participar da celebração, a Abruem reafirma seu compromisso com o fortalecimento da ciência, da pesquisa e das universidades públicas, destacando o papel estratégico das instituições estaduais e municipais no avanço do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Com informações da Ascom/MCTI e da Uern.

ABRUEM INTEGRA GT QUE ENTREGA RELATÓRIO PARA REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



A Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais participou da reunião final do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Ministério da Educação para elaborar recomendações voltadas à regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). O encontro

ocorreu no dia 24 de março, em formato híbrido, marcando a etapa final de consolidação do relatório que subsidiará a implementação da política.

Representando a Abruem, participaram a presidente Cícilia Maia, além dos reitores Clay Chagas e Adriana Marmorí. A reunião foi dedicada à apresentação da penúltima versão do relatório final, bem como à análise das contribuições encaminhadas pelos integrantes do grupo, que puderam realizar considerações finais e propor ajustes ao documento.

Em sua fala, Cícilia Maia voltou a cobrar a inserção das universidades estaduais e municipais na Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Segundo a presidente, política pública visa ampliar condições equitativas

de acesso, permanência e conclusão de cursos por estudantes em situação de vulnerabilidade, no entanto, o texto da lei limita a Política às universidades federais.

“Esse momento é único e significativo para a assistência e permanência dos nossos estudantes.

Parabenizo essa construção coletiva e participativa, mas também venho reafirmar que as universidades estaduais e municipais desempenham um papel vital no ensino superior, especialmente no interior desse Brasil. Nossos estudantes, em sua maioria, são os filhos e filhas da classe trabalhadora, muitos em condição de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitam que a Pnaes os alcance para que consigam concluir seus cursos e alcançar seus diplomas, transformando suas vidas e as comunidades nas quais estão inseridos”, afirmou a reitora.



Instituída pela Lei nº 14.914/2024, a Pnaes tem como objetivo ampliar e garantir condições de permanência para estudantes da educação superior e da educação profissional e tecnológica, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A política busca fortalecer a assistência estudantil como elemento essencial para a democratização do acesso e a permanência no ensino público.

Coordenado pela Secretaria-Executiva, pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, o GT reuniu e sistematizou dados para traçar um panorama da assistência estudantil no país, abrangendo tanto a educação superior quanto a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Entre os dados apresentados no relatório, destaca-se o atendimento direto a 188.727 estudantes em 69 instituições de ensino superior, por meio de auxílios e bolsas. O perfil dos beneficiários revela que 49% são estudantes negros e 67,2% possuem renda familiar de até um salário mínimo, evidenciando o papel da política na redução de desigualdades sociais.

Consulta pública e participação social

O GT também consolidou as contribuições recebidas durante consulta pública realizada na plataforma Brasil Participativo, entre novembro e dezembro de 2025. A iniciativa reuniu mais de 940 manifestações, majoritariamente da comunidade acadêmica, além de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

As contribuições apontaram como prioridades o fortalecimento dos programas de permanência, como bolsas e moradia estudantil, além da necessidade de desburocratização da gestão, ampliação do apoio à pós-

graduação e fortalecimento da autonomia universitária. Também foi recomendada a ampliação de programas regionais e a utilização do Cadastro Único (CadÚnico) como instrumento de seleção de beneficiários.

Fortalecimento da assistência estudantil



Para o diretor de Políticas de Acesso e Permanência da Educação Superior, Adilson Carvalho, o relatório representa uma base técnica e participativa para a regulamentação da política, reforçando o papel da assistência estudantil na permanência e conclusão dos cursos superiores.

Já o diretor de Desenvolvimento da Rede

Federal, Charles Okama de Souza, destacou que o documento permitirá avanços na organização das ações, considerando as especificidades da educação profissional e tecnológica, apesar dos desafios relacionados ao financiamento.

A diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes, Letícia Holanda, ressaltou a importância da construção coletiva da política, considerando as desigualdades regionais e a diversidade do país.

Perspectivas para a Pnaes

Lançada em 2024, a Política Nacional de Assistência Estudantil tem como finalidade ampliar a permanência de estudantes na educação pública federal, contribuindo para a redução da evasão, a melhoria do desempenho acadêmico e a promoção da inclusão social.

A política é implementada pelo MEC, por meio da Sesu e da Setec, e organiza programas já existentes, fortalecendo as ações de assistência estudantil. Além disso, pode ser estendida, mediante convênios, a instituições públicas estaduais, distritais e municipais.

Ao integrar o Grupo de Trabalho, a Abruem reforça seu compromisso com a construção de políticas públicas voltadas à permanência estudantil, destacando o papel das universidades estaduais e municipais na promoção de uma educação superior mais inclusiva, equitativa e socialmente referenciada.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MEC e Comunicação da Uern, com alterações.

ABRUEM PARTICIPA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL “EDUCAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA” E ASSINA PROTOCOLO DE COMPROMISSO



A Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais participou do evento nacional “Educação pelo Fim da Violência”, promovido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Mulheres, realizado no dia 25 de março, em Brasília. A iniciativa reuniu instituições

de ensino superior, autoridades e entidades representativas em torno do fortalecimento de políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres no ambiente educacional.

A mobilização contou com ampla adesão das universidades filiadas à Abruem, com participação de mais de 80% das instituições associadas. Durante a cerimônia, a entidade formalizou sua adesão por meio da assinatura do Protocolo de Intenções para Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres nas instituições públicas de ensino superior e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O evento marcou o lançamento de um conjunto de ações integradas que abrangem desde a educação básica até a pós-graduação, com foco na prevenção, acolhimento e combate à violência. Entre as iniciativas, destacam-se a regulamentação da Lei nº 14.164/2021 — conhecida como “Maria da Penha vai às escolas” — e a inclusão de conteúdos sobre prevenção à violência de gênero nos currículos escolares, com potencial de alcançar milhões de estudantes em todo o país.

O protocolo assinado estabelece diretrizes para as instituições de ensino, incluindo a criação de mecanismos de acolhimento a mulheres em situação de violência, a prevenção de casos de assédio e discriminação, a implementação de canais de denúncia acessíveis e o desenvolvimento de ações educativas voltadas à promoção da igualdade de gênero.

A iniciativa integra o Pacto Brasil entre os Três Poderes





para o Enfrentamento do Femicídio e busca fortalecer a atuação conjunta entre governo federal, instituições de ensino e sociedade civil na construção de ambientes educacionais mais seguros e inclusivos.

Além da assinatura do protocolo, o evento também incluiu o lançamento de ações voltadas à ampliação de oportunidades educacionais e

de autonomia para mulheres, como a expansão do Programa Mulheres Mil. O Programa oferece qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Ao participar da mobilização, a Abruem reafirma o compromisso das universidades estaduais e municipais com a promoção dos direitos humanos, a equidade de gênero e a construção de uma cultura de paz. A expressiva adesão das instituições associadas evidencia o papel estratégico das universidades na formação cidadã e no desenvolvimento de ações concretas de enfrentamento à violência.

A Associação destaca que a educação é instrumento fundamental para transformar realidades, contribuindo para a prevenção da violência e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Com informações do Ministério da Educação

PRESIDENTE DA ABRUEM PARTICIPA DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA



A presidente da Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, Cícilia Maia, participou do Seminário Internacional sobre Financiamento da Educação, realizado na última semana, em Brasília. Promovido pelo Ministério da Educação, em parceria com a Unesco

e a Fundação Getúlio Vargas, o evento reuniu especialistas nacionais e internacionais, gestores públicos e representantes de instituições educacionais.

O seminário teve como objetivo debater estratégias, desafios e oportunidades relacionadas ao financiamento da educação no Brasil, com foco em temas como governança, equidade e sustentabilidade dos recursos educacionais. A iniciativa está alinhada aos compromissos do país com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4), que prevê a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Ao longo da programação, foram discutidos temas centrais para o desenvolvimento da educação brasileira, incluindo as tendências globais de financiamento, o papel do Plano Nacional de Educação (PNE), os impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e os desafios para implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Os debates também abordaram o regime de colaboração entre União, estados e municípios, bem como mecanismos de transparência e controle social dos recursos públicos destinados à educação. A programação incluiu ainda a apresentação de experiências internacionais e alternativas inovadoras de financiamento, com foco na melhoria da qualidade e na redução das desigualdades educacionais.

A participação da presidente da Abruem reforça o compromisso da Associação com o debate qualificado sobre o financiamento da educação e com o fortalecimento de políticas públicas que assegurem qualidade, equidade e sustentabilidade ao sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, as universidades estaduais e municipais têm papel estratégico na produção de conhecimento, na formação de profissionais e na promoção do desenvolvimento social.

Com informações do MEC

ABRUEM REFORÇA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EM REUNIÃO COM O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



A Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais realizou agenda institucional com o Conselho Nacional de Educação, em Brasília, com o objetivo de fortalecer o diálogo e ampliar a inserção das universidades estaduais e municipais no cenário educacional brasileiro.

A comitiva da Abruem foi recebida pelo presidente do CNE, Cesar Callegari. Durante o encontro, foram apresentadas a dimensão e a relevância da Associação, que reúne 46 instituições afiliadas, com forte atuação no interior dos estados e papel estratégico na interiorização do ensino superior público.

Na reunião, foram debatidas as particularidades e potencialidades das universidades estaduais e municipais, destacando sua contribuição para o desenvolvimento regional e para a democratização do acesso à educação superior. Também foi ressaltada a necessidade de ampliar a participação dessas instituições no Sistema Nacional de Educação, fortalecendo sua integração às políticas públicas educacionais.



A Abruem enfatizou ainda o compromisso de suas afiliadas com a educação pública de qualidade, evidenciado pelas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas em diferentes regiões do país.

A agenda reforça a atuação institucional da Associação na defesa das universidades públicas estaduais e municipais e na construção de políticas educacionais mais inclusivas, que reconheçam e valorizem o papel dessas instituições na transformação social e no desenvolvimento do Brasil.



**Associação Brasileira dos
Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais**

Expediente

www.abruem.org.br

Email: abruem@gmail.com

Jornalista responsável - Núbia Rodrigues. DRT:2252-GO

Diagramação: Graziano Magalhães

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira

Secretaria Geral: Denize Alencastro